

PROCESSO N° : 2016 34430 000025
UNIDADE GESTORA : 3443 - Agência de Defesa Agropecuária do Estado
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2015
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 002/2016
 SGD 2016/09049/000363

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da Agência de Defesa Agropecuária, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. **130 a 131**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra déficit orçamentário de **99,92%**, que se justifica por não ser uma entidade arrecadadora, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um baixo nível de execução com percentual médio de **2,83%**, justificado à fl. **220**, conforme quadros a seguir:

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
0225	2.400.000,00	41.197,86	1,72
0226	0,00	26.800,00	-
TOTAL	2.400.000,00	67.997,86	2,83



3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **92,68%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	88.614.558,00	82.837.427,22	93,48
Despesa de Capital	1.547.867,00	728.348,54	47,05
TOTAL	90.162.425,00	83.565.775,76	92,68

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	86.986.425,00	82.130.079,48	94,42
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	3.176.000,00	1.435.696,28	45,20
TOTAL	90.162.425,00	83.565.775,76	92,68

3.4 As alterações no orçamento inicial refletem um aumento de **14,80%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 67.997,86**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 81.803.761,33**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 1.358.048,27** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 1.933.427,02**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 83.565.775,76**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 60.757,90**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 1.113.802,86**, restando saldo de **R\$ 422.897,96** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. **134 a 135**.

3.6 O Balanço Patrimonial, às fls. **139 a 140**, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em **2.171,79%**, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 24.164.696,64**, composto pelo Ativo Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada).

3.6.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 418.605,43**, deste montante, **R\$ 351.605,43** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 67.000,00** restos a pagar não processados.



3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, do qual foi cancelado **R\$ 899,94**, justificado às fls. **222/223**, não restando saldo.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foram pagos **R\$ 174.360,02**, restando um saldo de **R\$ 1.455,70**, justificado às fls. **222/223**.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um superávit financeiro de **R\$ 1.824,08**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 422.897,96**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 421.073,88**, conforme fl. **140**.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de **R\$ 24.164.696,64**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT.

3.7.1 Registra-se saldo de bens móveis próprios em processo de localização no total de **R\$ 2.203.762,11**, bens móveis de terceiros em processo de localização no valor de **R\$ 85.134,94**, e ainda bens móveis de terceiros não localizados anterior a 2012, no valor de **R\$ 8.728,30**, conforme Nota Explicativa às fls. **219 a 223**.

3.8 A conta contábil "Estoques" apresenta saldo no valor de **R\$ 541.436,97**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. **190 a 199 e 296 a 347**, porém, houve inconsistência nas informações do almoxarifado, quando da migração para um novo sistema informatizado de controle, ocorrida durante os meses de maio e junho do exercício em análise, conforme justificativa, à fl. **299**, e inventário às fls. **335 a 347**.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" registra saldo no valor total de **R\$ 396.097,96**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 115.616,83**:

1 - **R\$ 9.676,55** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 105.940,28** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira **R\$ 280.481,13**.

3.10 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 21.912.116,78**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.



3.11 Não há registro de dívidas de longo prazo nas contas do “Passivo Não Circulante”.

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 82.470.649,66** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 93.149.415,14**, demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de **R\$ 10.678.765,48**, conforme demonstrado à fl. **137**.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de **R\$ 1.510.529,06**, à fl. **142**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **2** (dois) processos de adesão em ata de registro de preços, destinados à aquisição de material permanente, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretiva para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.2 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **17** atendimentos via telefone e **3** atendimentos presenciais, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.3 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, tendo participação ativa do setor de planejamento da entidade, que foi primordial para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade na Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC no exercício em análise, conforme informado no documento fl. **250**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, estão demonstrados através do Relatório de Gestão, às fls. **22 a 109**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.



6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011 (PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições da entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às fls. **37 a 42**, definidos nos Programas Temáticos **Defesa Agropecuária (1006)** e **Governo e Cidadão (1034)**, e com suporte nas ações dos Programas Gestão e Manutenção da **Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC (1035)**

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas qualitativas e/ou quantitativas, cujo desempenho no exercício em análise, evidencia um **alto** grau de eficiência alcançado para as metas regionalizadas e um **razoável** desempenho das metas não regionalizadas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **51 a 68**.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **6** (seis) indicadores, que evidenciam um nível satisfatório para a entidade, conforme relatórios, às fls. **43 a 50**.

6.1.2 Em relação à avaliação das **10** (dez) iniciativas vinculadas aos objetivos, percebe-se um bom desempenho, especificado nos relatórios, às fls. **69 a 79**.

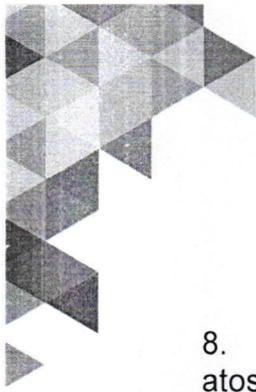
6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas **10** (dez) ações orçamentárias, sendo **9** (nove) de natureza atividade e **1** (uma) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um alto grau de eficiência, apesar da não realização física da ação 3201 e financeira das ações 3201 e 4092, ressalvando que as despesas pertinentes a ação 4092 foram pagas pela Secretaria de Comunicação, conforme relatórios às fls. 80 a 91.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **5** (cinco) ações de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que do montante de recursos destinados, **93,09%** foram executados por meio do Programa de Gestão Manutenção, conforme relatórios, às fls. **99 a 103**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. **239 a 248**, um quantitativo de **1.347** servidores ativos, sendo que **105** servidores foram admitidos no exercício de 2015 por meio de concurso e **65** por meio de contrato temporário.



Paulo Luciani
5



8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Humberto Viana Camêlo**, **Márcia Helena da Fonseca** e outros relacionados neste processo, às fls. 04/05.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2016.

Paulo Lucin Meurer
Paulo Lucin Meurer
Analista/Gestor Público

Cristiane Dalastra
Cristiane Dalastra
Analista/Contador

Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação e Controle da
Gestão Governamental

Wellington Junior Silveira
Wellington Junior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão
Administrativa

Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

- I – De acordo;
- II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.

Em 19/02/2016.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

